



PARECER JURIDICO 07/2022/LICITAÇÃO-CMC

ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E OUTROS PARA FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURIONÓPOLIS.

INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE CURIONÓPOLIS – PA.

RELATÓRIO

Versa o presente parecer acerca do requerimento formulado pela Comissão de Licitação, acerca de processo licitatório de **Pregão Presencial N° 002/2022-03 – CMC**, que visa aquisição de Material de Expediente e Outros para funcionamento da Câmara Municipal de Curionópolis (CMC-PA), Estado do Pará.

Encaminharam a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de Parecer Jurídico referente à minuta do edital e do contrato do Pregão Presencial em epígrafe, face ao contido no parágrafo único do art. 38 da Lei n° 8.666/93 no dia 25 de Junho de 2021 os seguintes documentos:

- CAPA DO PROCESSO LICITATÓRIO;
- SOLICITAÇÃO DE DESPESA;
- COTAÇÃO DE PREÇOS E RESUMO DE PREÇOS;
- JUSTIFICATIVA;
- DESPACHOS;
- DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA;
- PORTARIA DE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO;
- AUTORIZAÇÃO;
- AUTUAÇÃO;
- MINUTA DO EDITAL;
- ANEXOS I A VIII;
- DESPACHO PARA PARECER JURIDICO;



Examinada a referida minuta do edital e o contrato nos presentes autos, entendemos que guardam regularidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, visto que presentes as cláusulas essenciais, sem quaisquer condições que possam tipificar preferências ou discriminações. Não detectando nenhuma irregularidade ou contrariedade à legislação pertinente.

DA FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, ressalta-se que esta assessoria Jurídica se atém tão somente às questões de legalidade das minutas de edital e contrato referentes ao procedimento licitatório em análise, devendo tal certame ocorrer em fiel obediência à Lei nº 8666/93 e Lei nº 10.520/02, fugindo à competência dessa Assessoria Jurídica quaisquer considerações sobre o mérito da presente contratação e da discricionariedade administrativa ao delimitar serviços tidos como essenciais.

O pregão consiste em modalidade de licitação instituída pela Lei nº 10.520/2002, para a aquisição de bens e serviços comuns no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e **Municípios**.

Nos termos do parágrafo único do art. 12 do referido diploma legal, são considerados bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Nos termos do parecer, o fulcro da mesma reside na possibilidade de utilização da modalidade pregão presencial para a contratação do objeto ora mencionado.

A proposta tem fundamento jurídico nos diplomas legais, a saber: Pregão é a nova modalidade de licitação, regulada pela Lei 10.520, de 17.7.2002, cuja a ementa: "Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos



do art. 37, XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. No s termos do citado diploma, consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais no mercado. (MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo. 14 ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 130-104).

O Parágrafo único do art. 12 da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, assim preleciona:

Art. 12 - Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possa m ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Portanto, a modalidade pregão presencial poderá ser utilizado para a contratação do objeto ora mencionado.

O art. 38, Parágrafo único da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, assim preleciona:

Art. 38 (...)

Parágrafo único: As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. (Redação dada pela Lei nº.8.883, de 1994).

Os requisitos a serem observados na fase preparatória da licitação foram estabelecidos no art. 3º da Lei nº 10.520/2002, que assim dispõe:



I - A autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

II - A definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e

IV - A autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Desta forma, a escolha da modalidade "pregão presencial" deu-se a princípio, considerando que o objeto a ser licitado (AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E OUTROS), que, de fato, se enquadra no conceito de "bens comuns" a que se refere o art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520/2002, sendo certo que, não obstante o caráter facultativo do pregão o mesmo se mostra aconselhável em função das vantagens que esse sistema vem trazendo para o Setor Público, com a redução dos preços praticados, a simplificação dos procedimentos e a maior celeridade dos certames.

O exame prévio do edital tem índole jurídico-formal e consiste, via de regra, em verificar nos autos, no estado em que se encontra o procedimento licitatório.



ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE CURIONÓPOLIS
PODER LEGISLATIVO



Os autos do processo em questão estão acompanhados pelo Termo de Referência, contendo este os elementos mínimos necessários à promoção do certame, havendo uma suficiente descrição do que se pretende contratar.

Consta, ainda, cotações de preços, o levantamento de custos, despacho da contabilidade, autuação, minuta de edital, anexos e minuta do contrato.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, esta Assessoria Jurídica da CMC se manifesta pela possibilidade de realização do presente processo licitatório para a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E OUTROS para atender as necessidades da Câmara Municipal de Curionópolis, por estarem presentes todos os requisitos legais, bem como os termos contratuais estarem de acordo com a legislação supracitada.

Ante o exposto, a proposição está em condições de ser aprovada.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Curionópolis, 13 de junho de 2022.

Fernando Patrocínio Silva

Fernando Patrocínio Silva

Assessor Jurídico da CMC

OAB-PA 20.586

Fernando Patrocínio Silva
OAB-PA 20.586

10-05

CURIONÓPOLIS

1988